

ROTATIVIDADE EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO MUNICÍPIO DE PADRE BERNARDO-GO

ROTATIVITY IN RURAL SETTLEMENTS IN THE CITY OF PADRE BERNARDO GO

Marcelo Leles Romarco de Oliveira¹

Resumo: Este estudo é fruto de uma pesquisa conduzida em quatro assentamentos rurais localizados na região Pé de Serra, município de Padre Bernardo, estado de Goiás, região do Entorno do Distrito Federal (DF), entre os anos de 2001 a 2007. Como objetivos gerais, o artigo apresenta a rotatividade em assentamentos rurais nessa região. A metodologia utilizada foi o estudo de caso, a observação e análise do dia a dia nos assentamentos, além das entrevistas semiestruturadas, que permitiram entender a dinâmica de rotatividade nos assentamentos pesquisados. Como resultados foi possível concluir que após a conquista da terra, outros desafios surgiram para o grupo, tais como: os desafios da falta de infraestrutura, de recursos, convivência com pessoas de origem diferentes e os problemas relativos à adaptação em um outro espaço. Por causa desses elementos, muitos desistem e voltam para as cidades satélites do Entorno do DF. Nesse sentido, é possível concluir que o assentamento pode ser visto como um ponto final relativo para essas famílias, uma vez que ele pode ou não garantir alguma permanência desses atores nesse espaço.

Palavras chaves: Distrito Federal; Assentamentos rurais e Rotatividade.

Abstract: This study will focus on research conducted in four rural settlements in the region Pé de Serra, a municipality of Padre Bernardo, Goiás State, the region surrounding the Federal District (DF) between the years 2001 to 2007. As general goals, the article will examine the rotativity in rural settlements in this region. The methodological approach used was a case study, observation and analysis of everyday life in the settlements, in addition to the interviews, allowed him to understand the dynamics of rotativity in the settlements surveyed. Throughout the work we concluded that after the conquest of land, other challenges emerge for the group, such as the challenges of lack of infrastructure, resources, interaction with people of different origin and the problems of adaptation in another space. Because of these factors, many give up and go to another space. Thus, it is possible to point out that the settlement can be seen as an end point relative to these families, since it may or may not guarantee any of these people stay in that space.

Key-words: Federal District, Rural settlements and Rotativity.

¹ DSc. em Ciências, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Professor de Extensão Rural do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, MG (Brasil). E-mail: mlromarco@yahoo.com.br

Introdução

A rotatividade em assentamentos rurais é uma questão polêmica ao tratarmos do tema reforma agrária. É possível afirmar que, após a luta por conquistar a terra, outros desafios surgem para as famílias. São eles: a luta para permanecer na terra, a falta de infraestrutura, e de recursos econômicos, a convivência com pessoas de origem diferentes e os problemas relativos à adaptação em um outro espaço. Por causa desses elementos, muitos assentados desistem, vendem e partem para outro lugar havendo assim uma rotatividade nos assentamentos rurais.

Nesse sentido, este artigo tem o objetivo de procurar descrever e analisar o fenômeno da rotatividade em quatro assentamentos da região Pé de Serra no município de Padre Bernardo, estado de Goiás, região do Entorno do Distrito Federal (DF). Neste trabalho o termo rotatividade é utilizado para se referir ao movimento de saída das famílias assentadas destes territórios, abarcando elementos tais como: evasão, venda, campo de possibilidades, entre outros.

Ressalta-se que um dos principais desafios de se traçar uma aproximação sobre a temática da rotatividade nos assentamentos, está relacionado à falta de um levantamento de dados precisos que apontem para essa situação. De acordo com técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) lotados na Superintendência do Distrito Federal e Entorno (SR-28), até o momento da finalização da pesquisa (ano de 2007) não havia qualquer estatística que pudesse apontar com precisão esse percentual de rotatividade no município de Padre Bernardo-GO. No entanto, ao percorrer os assentamentos como pesquisador que já conhecia a região há alguns anos, pôde-se perceber este fenômeno, sobretudo, pela presença de novos moradores e, pelo encontro de chácaras² fechadas e/ ou a venda.

Destaca-se que não pretendo fazer generalizações dessa situação para as demais regiões do Brasil e que serão apresentados alguns mecanismos de rotatividades nos assentamentos estudados no município de Padre Bernardo-GO.

Metodologia

Um dos caminhos escolhidos para a pesquisa foi a observação e análise do dia a dia, além das entrevistas semiestruturadas, que permitiram entender a dinâmica da rotatividade nos assentamentos pesquisados. O período de coleta dos dados foi entre os anos de 2004 a 2006, tendo como recorte empírico da pesquisa quatro assentamentos rurais no município de Padre Bernardo, estado de Goiás, a cerca de 100 km de Brasília, na mesorregião do leste goiano e na microrregião do entorno do Distrito Federal, como pode ser observado na Figura 1.

² O termo chácara é utilizado pelos assentados da região para definir a parcela de terra, maior que um lote e menor que uma fazenda. O suficiente para produzir para a família e vender o excedente. Essa classificação se deve à influência dos tempos em que moraram em Brasília, pois a maioria dos assentados da região, antes de terem sido assentados nas áreas, foram caseiros em chácaras de Brasília (OLIVEIRA, 2007).

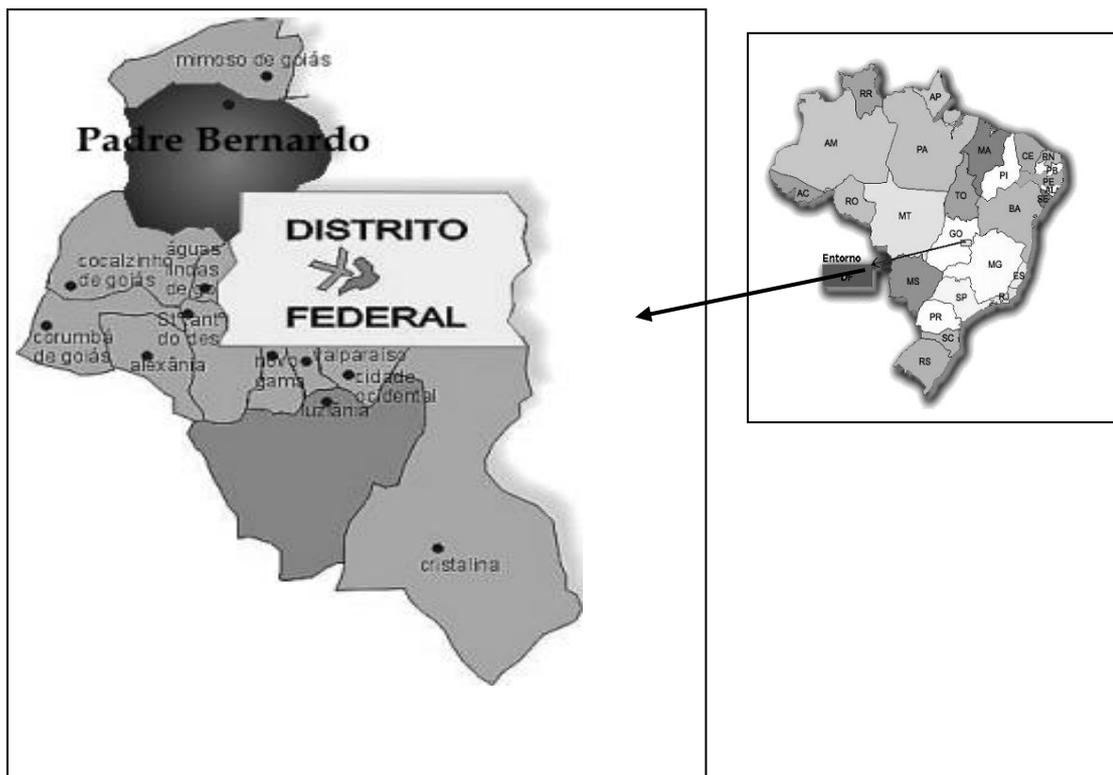


Figura 1. Localização do município de Padre Bernardo

Fonte: OLIVEIRA, 2007

No município de Padre Bernardo, até o ano de 2007, existiam oito assentamentos, sendo quatro localizados na região Pé de Serra: Vereda I, Vereda II, Boa Vista e Água Quente, onde ocorreu a coleta dos dados. Estes assentamentos, são frutos da luta pela terra na região deflagrada no final do século XX. Nestes quatro assentamentos estão assentadas cerca de 450 famílias. No Quadro 1 logo abaixo são apresentados os assentamentos pesquisados.

Quadro 1. Número de famílias e áreas dos assentamentos no Pé de Serra

Assentamentos	Número aproximado de Famílias	Área (ha)	Tamanho médio de cada chácara em ha	Data da desapropriação
Água Quente	66	2829,3041	28	17/12/1998
Boa Vista	145	4380,0339	15-17	17/12/1998
Vereda I	70	2063,7800	20	21/12/1999
Vereda II	163	3760,7900	12-15	23/08/2000
Total	444	13033,91		

Fonte: Superintendência do INCRA do entorno e DF (SR 28), 2006, elaborado por OLIVEIRA (2007).

Como foi dito anteriormente as entrevistas semiestruturadas foram as principais formas de coleta de dados, por acreditar que seria possível perceber as expressões, tensões e estratégias, bem como os mecanismos que orientam o comportamento dos atores nesses espaços. Para tanto, foram entrevistadas 20

famílias: sete no assentamento Vereda I, cinco no assentamento Vereda II, quatro no assentamento Boa vista e quatro no assentamento Água Quente. As perguntas versavam, principalmente, sobre o processo de negociação compra e venda das chácaras e a relação com os assentados que as compraram. É importante destacar que além das entrevistas o pesquisador participou dos espaços de convivência - reuniões, assembleias, cultos religiosos e festas - durante o período em que esteve presente nos assentamentos.

Rotatividade pelo problema da falta de infraestrutura

Na região, após meses e anos debaixo de lona, algumas famílias que conseguiram as chácaras, venderam-nas, e muitas voltaram para Brasília. Segundo narrativas dos entrevistados a venda e o abandono dessas chácaras ocorreram principalmente nos três primeiros anos de formação dos assentamentos, sobretudo, logo após a saída dos créditos de habitação e do crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar nas modalidades Pronaf A e Pronaf A/C³.

No entanto, a falta de infraestrutura - água, energia elétrica, estradas, entre outros - é apontada como um dos principais motivos para as vendas das parcelas. “Você vê a gente está aqui há quase seis anos e até hoje vivemos o problema de falta da água, a terra não é boa para produzir, e o que produz mal dá para o gasto. Então o sujeito que não é muito animado faz o que? Vende e volta para a cidade” (ASSENTADO, VEREDA I, 2006).

Na fala do assentado é possível observar que o problema de falta de infraestrutura é apontado como a maior causa de abandono. E entre as causas, tem-se a deficiência com o abastecimento de água ou até mesmo sua escassez, sendo o problema mais difícil que os assentados enfrentam.

Por ser um bem público, a água é de todos e deve ser utilizada de acordo com os interesses comuns da sociedade. Entretanto, a realidade encontrada na região do estudo é bastante diferente, ou seja, não há água em quantidade e qualidade suficientes para suprir as necessidades básicas locais.

Com efeito, na região, o problema da escassez de água até para o consumo humano tornou-se um dos principais desafios das famílias ao serem assentadas. Por isso, o impedimento de se viver nos assentamentos é creditado às dificuldades em conseguir que a água chegue até as casas.

Constatamos na pesquisa que os assentados que moram longe das fontes de água precisavam andar distâncias grandes para levar água do chafariz até as casas, um serviço penoso e às vezes caro. Em alguns casos, são pagos cerca de R\$ 10,00 por dois tambores de 200 litros (valores do ano de 2007).

Essa situação foi retratada durante a realização do Plano de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDA) Vereda I e Vereda II, no início dos assentamentos, em que os assentados colocavam que um dos principais desafios que enfrentavam era o problema referente à dificuldade de viver num local com escassez de água.

Em fevereiro de 2006, em uma audiência pública realizada na escola do assentamento Boa Vista, que trataria do Programa Luz Para Todos do Governo Federal, um dos principais questionamentos dos assentados aos técnicos do Incra e

³ Esses créditos estão inseridos nas modalidades do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar destinado a investimentos e estruturação de propriedades e beneficiários assentados da reforma agrária ou beneficiados pelo crédito fundiário (OLIVEIRA, 2007).

ao superintendente era justamente o problema referente à água que, mesmo depois de quase oito anos dos assentamentos criados, persistia.

Os assentados acusavam as empresas que eram responsáveis por fazer os poços artesianos que o trabalho não tinha sido feito direito, pois alguns poços tinham sido furados em declividades que não favoreciam a queda d'água até as casas. O superintendente rebateu que estava cuidando da situação, mas que os assentados deveriam ter a responsabilidade de acompanhar o serviço das empreiteiras.

Além do problema da falta de água para o consumo humano, um outro problema se refere à própria água para plantio. De acordo com os entrevistados, os assentados acabam ficando à mercê do tempo, dependendo quase que exclusivamente do período das chuvas para os plantios.

Outro problema relacionado com a questão da água, antes da chegada da energia elétrica (em 2006), foi à manutenção dos poços artesianos, cujas bombas eram movidas a diesel, e quase sempre paravam de funcionar por falta do combustível. No assentamento Vereda I, os assentados resolveram organizar uma lista para contribuições que girava em torno de R\$ 20,00 mensais (em 2004) para a compra do combustível, no entanto, poucos pagavam.

No caso do assentamento Vereda I essa lista da compra do diesel ficava afixada em um bar do assentamento para que todos os assentados pudessem acompanhar quem fazia as doações. Além da 'vaquinha' para a compra do combustível, outra forma de conseguir diesel era em negociação com a prefeitura que às vezes fornecia o produto para a manutenção dos poços. Além disso, a prefeitura passou a pagar um assentado para que ficasse responsável pela manutenção das bombas dos poços artesianos.

Rotatividade pela dificuldade de adaptação ao novo espaço

Além da falta de infraestrutura, outro entrave foi o problema de adaptação na terra. Nesse sentido, os entrevistados relataram que não tinham experiência em cultivar terras do cerrado, pois vinham de diferentes regiões do país, como o Nordeste.

Outra questão apontada pelos assentados para que algumas famílias desistissem das chácaras estaria relacionada à dificuldade em viver num modelo de comunidade construído com atores vindos de vários lugares e com a imposição de regras. Isso tem provocado conflitos das mais diversas naturezas, o que tem servido de estímulo para a desistência da chacara.

Nesse sentido, Mello (2006), ao estudar a evasão em assentamentos do Rio Grande do Sul, conclui que a desagregação de laços sociais por conflitos se tornaria elemento essencial para entender o problema da venda e o abandono dos lotes em assentamentos rurais.

Outros autores como Bruno (1998), Medeiros (1998) e Zimmermann (1989), também já haviam apontado os conflitos de cunho organizativo, de convivência e até pessoal como elementos que podem estimular a evasão nos assentamentos rurais.

Já para autores como Marques et al. (2002), a saída ou abandono das parcelas ocorreria, principalmente, na fase de implantação dos assentamentos. Ou seja, ao término dos dois primeiros anos. Isso ocorreria por causa da falta de adaptação dos assentados à parcela, além da falta de experiência no trabalho agrícola e da dificuldade de adaptação no novo espaço.

Na região de Pé de Serra, como a maioria dos assentados tinha passado uma parte de suas vidas na cidade (Brasília) e lá tinham desenvolvido atividades

consideradas urbanas, portanto, havia muitos anos que não tinham contato com a terra, essa explicação pode ajudar a entender por que não estavam preparados para essa nova realidade de trabalho. No entanto, isso não quer dizer que eles não estivessem aprendendo e tocando suas chácaras.

Além da dificuldade de adaptação a um novo ecossistema, eles reconhecem que a experiência com a roça se deu principalmente na época de infância e de certa forma esse primeiro contato se restringiu a modelos de produção semimecanizados.

Também o que pesa nessa análise é o desconhecimento da reforma agrária. Principalmente no que diz respeito a créditos, pagamentos e negociação das dívidas. Além disso, a assistência técnica não foi adequada e não acompanhou os assentados durante a implantação de seus projetos, o que acabou dificultando as formas de produção pretendidas.

Na visão dos assentados, outro elemento referente à falta de experiência com a terra e com a reforma agrária diz respeito à falta de compromisso do Incra ao assentar famílias em lugares impróprios para agricultura. Onde há escassez de água ou que requeiram grandes investimentos.

No entanto, os entrevistados reconhecem que acabou existindo ingenuidade por parte deles em aceitar essas terras ruins ou necessitadas de grandes investimentos para produzir.

Sobre a questão da falta de compromisso do Incra, em julho de 2001, ouvi de um técnico⁴ que o órgão central tinha estipulado metas para as superintendências. Por conseguinte, não importavam a capacidade ou as condições das fazendas desapropriadas. A estratégia era assentar o maior número possível de famílias sem que estes pontos fossem levados em consideração. Essa política do quanto mais melhor fez com que muitas chácaras fossem localizadas em ambientes impróprios para agricultura, por mais tecnicizada que ela fosse sujeita.

No assentamento Vereda II, chegou-se ao absurdo de chácaras serem formadas com grande parte de sua área com grau de declividade maior que 90°, onde seria quase impossível produzir qualquer cultura ou até mesmo criar algo. Como bem diz um assentado, na parcela dele não dava para criar nem Calango.

É importante ressaltar que antes de irem para o acampamento a maioria dos assentados não eram produtores. Muitos deles estavam desempregados e tinham o sonho de chegar ao assentamento e ganhar muito dinheiro com a terra. “Hoje é que estamos entendendo o que é ser agricultor” (ASSENTADO DO BOA VISTA, 2007).

Contudo, a falta de experiência com a terra não desmotivou aqueles acampados em participar das ocupações. Isso me faz refletir que a questão da reforma agrária surgiu para esses assentados como mais um campo de possibilidades dentro de um contexto de dificuldades em que se encontravam quando entraram na luta, independentemente da prática de lidar com a terra.

Por outro lado, morar no assentamento, mais do que ter um local para viver, significa ter um espaço para viver e criar a família, objetivo que buscaram ao longo de suas vidas. Nesse caso, mais que um espaço para morar, o assentamento surge como um espaço em que podem deixar suas raízes para as gerações futuras e até mesmo uma herança para os seus filhos.

A vontade de construir um espaço para viver, deixar de herança e nele produzir é algo latente naqueles assentados que ainda estão nos assentamentos. Para eles, a chance de ter acesso à terra possibilitou a realização de aspirações como sonhar com nossas criaçõezinhas, o que na cidade seria mais difícil por causa

⁴ Por questões de sigilo de informação optei por omitir o nome do técnico informante.

das condições financeiras em que viviam. Ou, até mesmo pela falta de escolaridade e idade avançada, o que dificultaria no momento de conseguir uma recolocação no mercado de trabalho.

As chácaras dentro do mercado de terras do Distrito Federal

Para entender a rotatividade nos assentamentos da região, é preciso perceber que, além dos problemas referentes à falta de infraestrutura nos assentamentos ou de adaptação do assentado ao novo ambiente, as vendas das chácaras podem estar relacionadas com um instrumento local que adentra o cotidiano da região desde o período da construção de Brasília: as ocupações de lotes em cidades satélites de Brasília e o mercado da grilagem de terras no DF.

Portanto, além dos elementos que podem ser considerados mais técnicos e de falta de infraestrutura, outros fatores podem ser apontados como condicionantes que levam os assentados a venderem suas chácaras. Estes seriam a especulação imobiliária e a grilagem de terras, comuns na região do Distrito Federal. Esta última incentivada e acobertada por determinados governos locais.

Para entender um pouco esses mecanismos, recorro aos estudos realizados por Borges (2004) e por intermédio de relatos dos assentados da região, buscando entender como funciona esse mercado de venda de terras muito comum nos assentamentos da região.

Esse olhar sobre a negociação das chácaras se revelou uma estratégia adotada pelos assentados que foram ocupar terras na região. O que significa que o trinômio ocupar - conseguir - vender era uma estratégia já bem conhecida, pois muitos já haviam participado de ocupações de lotes no Distrito Federal em cidades satélites, como: Recanto das Emas, Samambaia, Brazilândia, entre outras. Nos relatos foi muito comum ouvir histórias de assentados que tinham conseguido o lote em uma dessas cidades e posteriormente vendido, procurando ocupar outro local.

Nesse sentido, Borges (2004), em seu estudo na cidade satélite do Recanto das Emas, observou que essa prática de ocupar e vender o lote fazia parte do cotidiano dessa região. Assim, muitos, depois que conseguem o lote, vendem-no e voltam para baixo da ponte até ocupar outro lugar.

Essa explicação ajuda a entender que essa prática de certa forma faz parte de uma estratégia de sobrevivência de muitas famílias que migraram para o entorno do Distrito Federal buscando em seu cotidiano conseguir uma moradia.

Além disso, a autora aponta que esse estratagema serve também para o interesse de políticos do Distrito Federal e entorno que ganham com essa expansão territorial e populacional, uma vez que essas famílias são obrigadas a transferir seus títulos eleitorais para esses novos domicílios. “Aquele que se interessasse em participar da corrida por um lote deveria ser eleitor do Distrito Federal, ou seja, possuir seu título de eleitor na capital” (BORGES, 2004, p. 32).

Assim, a transferência dos títulos eleitorais seria um requisito (inclusive nas entrelinhas) exigido pelas normas para contar o chamado ‘Tempo de Brasília’ (BORGES, 2004).

Os assentados entrevistados relataram que tinham vindo para Brasília porque se ganhava lotes do governo do DF em cidades satélites. No entanto, um dos requisitos para pleitear os lotes era que o candidato provasse que seu colégio eleitoral se localizava em Brasília. Por isso ainda hoje os assentados mantêm seus títulos eleitorais na capital federal.

Outrossim, recebem benefícios do governo do DF. “Sabe, tem muita gente que ainda tem esses negócios de bolsa escola, alguma coisa, aí não transfere porque se transferir vai perder o benefício que a família ganha” (ASSENTADA DO VEREDA I, 2004).

Na percepção dos entrevistados, os lotes que o governo ‘dava’ seriam uma dádiva que os governantes locais ofereciam. No entanto, presumiam que iriam pagar apenas uma parcela pequena.

Era dado porque era muita gente querendo e só alguns ganhavam como um concurso, muitos se inscrevem e poucos passam. Aqui na terra [assentamento] também foi assim, tinha muita gente acampada e só esses que você esta vendo que conseguiram (ASSENTADO DO VEREDA I, 2004).

O significado de ‘dado’ é importante porque mostra a relação característica entre governo e população local, ou seja, uma relação de clientelismo baseada na troca de favores entre os assentados que recebiam os lotes com os políticos locais. Assim, o lote ‘dado’ torna-se dívida de gratidão para com o doador, mesmo que a pessoa que tenha ganhado o lote pague por ele. Para Borges (2004), essa relação entre o lote que é ofertado para aquele que o deseja seria o que animaria a participação das pessoas na vida política da região.

Gouvêa (1998) chama atenção que a estratégia de distribuição de lotes nas cidades satélites do Distrito Federal, como o Programa Promorar, estava atrelada a interesses eleitoreiros e de desmobilização de movimentos de trabalhadores que buscavam melhores condições de habitação.

Com efeito, programas dessa natureza, que visavam suprir a escassez de habitação, tornaram-se um grande esquema eleitoral que estabeleceu uma relação entre políticos e moradores carentes, sendo visto como uma grande moeda eleitoral. “Em 1989, um ano antes da primeira eleição direta para governador e Assembleia Distrital, a população carente significava votos, e a terra pública em mãos do governo se tornara uma importante moeda eleitoral” (PELUSO, 2003, p.18).

Peluso (2003) aponta que a oferta de moradias nas cidades satélites do DF no final da década de 1970 e início de 1980 foi um grande incentivo às migrações para Brasília. A cidade, prevista para abrigar 500 mil habitantes, chegou ao ano 2010 com cerca de mais de dois milhões e meio de habitantes. De acordo com o IBGE são 2.562.963 conforme os dados do Censo Demográfico de 2010.

Esse aumento da população de forma desordenada favoreceu a favelização no DF. Esse crescimento populacional tem provocado impactos na oferta de emprego, habitação, meio ambiente e na qualidade de vida da maioria das pessoas residentes na região. Além disso, essa situação contribui para o aumento das ocupações, o que gerou disputas e conflitos de terras na região.

Na época de acampamento (em 1998), os assentados achavam que no caso da reforma agrária o processo seria o mesmo. Por isso entraram na ocupação achando que passariam por um processo semelhante ao executado no processo de seleção dos candidatos a um lote nas cidades satélites de Brasília. Em outras palavras, entraram na luta pensando que logo que tivessem conseguido a chácara, poderiam negociá-la como bem entendessem.

Durante as entrevistas, foi possível perceber que em diversas situações os assentados no DF tinham utilizado a estratégia de tirar lotes em vários lugares utilizando o nome de parentes próximos que tivessem mais tempo de Brasília.

No caso da concessão das chácaras, muitos usaram o nome de esposas ou de outro parente de confiança para que isso acontecesse, pois sabiam que poderiam ter algum problema caso o Incra investigasse as suas condições. Como, por exemplo, serem funcionários públicos, empresários ou até mesmo terem passagem pela polícia. No trecho de uma entrevista, pode-se perceber a ideia com a qual ocupar e vender seria algo presente no cotidiano dos assentados, como podemos observar no trecho logo abaixo.

Eu queria saber por que as pessoas venderam as chácaras?

M: Eu acho que as pessoas que venderam porque vem pra cá com esse plano, porque eles vêm só para pegar o dinheiro e sair fora saiu os créditos ai você já viu. N: é igual muita gente faz na cidade, pega os lotes e vende. M: Tem gente que vem aqui pra sofrer não, pra pegar no cabo da enxada não, entendeu? Então ele vem com aquele propósito, ele fala em pegar a terra, pegar um dinheirinho e depois sai fora, o cara fica com o nome sujo, mas ele não esta nem ai. Que dizer tem muita gente faz isso, N: o pessoal faz igual com carro, você compra carro sem documento, depois você passa pra frente e ai vai assim. Então muitas vezes é isso. K: engraçado como tem gente que planeja isso né (ASSENTADO DO VEREDA I).

A resposta do assentado sugere que muitos já tinham a intenção de participar das ocupações com objetivo de vender as chácaras. Por isso, acredito que procurar entender como se dá o processo de negociação das chácaras seria um elemento importante para entender essa dinâmica na região.

Desta forma, serão apresentados alguns casos representativos para compor um painel da realidade dos assentamentos da região no que diz respeito ao mercado de terras e à própria negociação como um campo de possibilidades dos assentados. Portanto, essa observação foi composta a partir de elementos que são compartilhados e que se repetem nos assentamentos da região de Pé de Serra em Padre Bernardo (GO).

De antemão, é possível colocar que, apesar das vendas das chácaras serem um negócio ilícito, como bem colocou um assentado, que seria como comprar um carro roubado, ter a chacara não significaria ingerência sobre a mesma, não sendo legalmente possível vender a chacara sem a documentação que os assentados ainda não possuem. Isso foi constatado não só pelos relatos feito por eles como também pelas denúncias perpetradas na Superintendência do Incra (SR-28), órgão responsável pelos assentamentos da região.

Caso 1: De agregada assentada a moradora na periferia de Padre Bernardo:

O primeiro caso se refere à dona M, viúva e agregada na fazenda Serra Feia há mais de 20 anos. Vivia plantando feijão, milho, mandioca e tomando conta da fazenda para o antigo proprietário. Com a desapropriação da fazenda, a senhora M não recebeu indenização por parte da proprietária. O único privilégio que ela teve foi que, na hora do sorteio das chácaras, teve a prioridade de escolher em qual parcela queria morar no assentamento Vereda I.

A chacara de dona M, como as outras, tinha 20 hectares, uma propriedade próxima à beira do rio e com uma mina de água em seu interior, ou seja, uma chacara privilegiada pela disponibilidade de água potável oriunda da mina.

Pelo fato da propriedade estar próxima ao rio Quente e com a mina de água, ela passou a ser procurada por interessados em comprar sua chácara. É importante ressaltar que, depois da constituição dos assentamentos, especuladores de terra da região, sobretudo das cidades satélites de Brasília, passaram a frequentar os assentamentos tentando convencer os assentados a vender as chácaras. Em alguns casos, inclusive com a participação de funcionários públicos de ministérios de Brasília por ser a região considerada privilegiada, pois está a pouco mais de 100 km de Brasília, fez com que a corrida por uma chácara de final de semana fosse intensa na região.

Cerca de quatro anos depois que o assentamento foi criado, com sua casa de alvenaria construída com a liberação dos créditos, dona M passou a sofrer pressão de alguns interessados em comprar sua propriedade. Além disso, seus filhos passaram a pressioná-la para que vendesse ou trocasse sua chácara por um negócio.

Diante dessa situação, e sem a ajuda dos filhos para tocar a propriedade, dona M acabou cedendo e trocou sua chácara por um ferro velho na cidade de Padre Bernardo, dando a um dos seus filhos para tomar conta. Como é de costume, a venda da chácara acaba sendo celebrada com um acordo de boca ou algum papel (um recibo de compra e venda, por exemplo) que garantiria a transação. No entanto, como foi abordado anteriormente, esse documento para o Incra não teria valor algum, pois o negócio, como diz um técnico do Incra, seria ilegal.

Em minha última ida a campo em 2006, a chácara da dona M já tinha sido negociada duas vezes e dona M já tinha perdido tudo o que tinha conseguido na troca da chácara. Segundo relatos, ela estava morando de favor e tinha ficado doente por causa do que tinha acontecido. Os seus filhos tinham perdido o ferro velho e dois deles acabaram trabalhando em fazendas do município e até mesmo para assentados da região.

Caso 2: Aqui mais da metade já vendeu!

Essa frase aqui mais da metade já vendeu foi muito comum de ser ouvida ao indagar como andava a rotatividade nos assentamentos. Essa associação era atribuída ao sofrimento passado desde a época de acampamento com a falta de água e até mesmo o fracasso em utilizar os recursos conseguidos através de financiamentos que fizeram com que muitos assentados vendessem suas chácaras e voltassem para Brasília. Pude constatar que depois da saída dos assentamentos houve indivíduos que foram participar das ocupações urbanas no DF e, o principal destino foram as ocupações da Itapoá e da Estrutural, uma área surgida em meados da década de 1990, próxima a uma área nobre de Brasília, que despontava como um dos principais focos de ocupação urbana do DF no final do século XX.

Atrelada a esses elementos vem a especulação imobiliária nos assentamentos da região que nos últimos anos vem sendo alvo de interesses de compradores de terras da região e até mesmo de funcionários públicos de Brasília. É importante ressaltar que, como oficialmente a terra não pode ser vendida, os valores pagos acabam sendo insignificantes, pois para quem vende um bem que não pode ser vendido o risco de perder fica com o comprador.

Para ilustrar essa situação de venda, será apresentado o caso do senhor X, que participou da ocupação da região desde o início em 1998 e como foi 'persistente', conseguiu tirar uma chácara em um dos assentamentos. Já na fase de acampamento, conheceu uma acampada que passou a ser sua companheira e que

também conseguiu uma chácara no mesmo assentamento onde o senhor X foi assentado.

Senhor X e a sua companheira construíram uma casa, cada um em sua chácara. O romance, segundo ele, tinha que ser mantido em segredo porque se o Incra descobrisse, um dos dois teria que entregar a chácara. Isso fazia com que eles vivessem um amor clandestino.

Segundo um técnico do Incra, não era permitido entregar duas parcelas a pessoas que viviam juntos, por isso um dos dois teria que renunciar à parcela e caso o romance fosse descoberto e confirmado os dois perderiam o direito à terra. Por isso, foi comum ouvir casos de assentados que tinham um romance, mas não assumiam. É importante ressaltar que isso só acontecia quando os dois estavam com a propriedade em seus nomes.

Pouco antes de receber os créditos do Pronaf A, o senhor X passou a receber propostas de pessoas de Brasília para vender sua chácara. No primeiro momento, ele disse que recusou, mas, com o passar do tempo, começou a perceber que não levava jeito para trabalhar como produtor, pois tinha passado a vida quase toda trabalhando na cidade, e sua companheira também seguia o mesmo caminho. Com a liberação dos créditos, uma das primeiras ações do casal foi comprar um carro. Para isso, foi necessário simular a compra falsa de gado, pois só assim o banco liberaria o recurso que foi desviado para a compra do veículo.

Mesmo antes de gastar todo o dinheiro do Pronaf A e com medo que o Incra descobrisse sua situação com a parceira, aceitou a proposta, e os dois venderam suas chácaras indo morar na casa de parentes em uma cidade satélite de Brasília. Casos como o do senhor X e sua parceira foram muito comuns na região, principalmente após a liberação dos créditos, situação que procurarei retratar no caso três.

Caso 3: Os créditos saíram num dia e na semana seguinte venderam e foram embora

Na ida a campo em 2004, passados mais de dois anos do meu último contato na região, um fato que me chamou atenção entre as novidades percebidas foi o grande número de pessoas que conheci nas visitas anteriores ausentes nos assentamentos ou de casas fechadas. Ao começar a vasculhar sobre o tema, foi possível descobrir que algumas chácaras estavam abandonadas, pois seus donos estavam morando na cidade. Ou ainda algumas tinham sido negociadas depois que os créditos haviam saído principalmente o crédito do Pronaf A.

Como a questão dos créditos me interessava, passei a procurar entender o porquê da relação rotatividade nos assentamentos – saída dos créditos, pois, na lógica, a saída dos créditos era o que possibilitaria aos assentados começar a produzir e construir suas casas.

Em diversas entrevistas realizadas que frisavam essa questão, a que mais me chamou atenção foi a de um funcionário da Escola do Assentamento Boa Vista. Segundo o seu relato, ele começou a perceber que muitas crianças estavam faltando às aulas sem uma explicação muito plausível. Quando resolveu investigar o que estava acontecendo, descobriu que essas crianças tinham voltado para Brasília, pois as suas famílias haviam vendido as chácaras, arrumado tudo e ido embora. Isso ocorreu, segundo ele, com bastante frequência, logo após a liberação dos créditos do Pronaf A.

Essa percepção da relação das vendas das chácaras com a saída dos créditos é compartilhada também por outros assentados. Segundo alguns relatos, mesmo aqueles que não venderam as chácaras foram embora para cidade logo em seguida que os créditos saíram. Foram utilizar o dinheiro do crédito em negócios na cidade como oficinas, bares e outros pequenos estabelecimentos, ou até mesmo na compra de carros de aluguel. “(...) Pois é, você lembra do senhor Y? que consertava geladeira e ar condicionado, ele pegou o dinheiro do PRONAF A e investiu tudo na oficina dele lá na Ceilândia” (ASSENTADO DO VEREDA II, 2004).

Diferentemente da questão da especulação imobiliária, uma análise possível de fazer nessas situações é que a reforma agrária surgiu para esses assentados que utilizaram os créditos para outra finalidade, como um campo de possibilidades de conseguir acesso a créditos que dificilmente conseguiriam nas condições em que se encontravam.

Nesse sentido, os entrevistados me confessaram que participaram das ocupações já sabendo que, assim que os créditos saíssem, eles venderiam tudo e iriam embora e que ali estaria uma oportunidade para conseguir dinheiro para algum empreendimento na cidade. Relatos daqueles que utilizaram os créditos para diversas finalidades demonstram, também, essa face que as ocupações de terras tiveram na região.

Caso 4: Chácaras de final de semana

Mais uma questão que favorece a transação das parcelas na região são as chácaras de final de semana. Essas chácaras são formadas por assentados com mais condições materiais que estavam interessados em participar das ocupações para conseguir um lugar para a família passar o final de semana. Como foi dito anteriormente os assentamentos da região estão a pouco mais de 100 km de Brasília, o que seria ideal para construir uma área de lazer.

Aqueles que não participaram das ocupações geralmente compraram suas chácaras depois da criação dos assentamentos, estando entre aqueles que passaram a ‘rondar’ os assentamentos e a comprar terras dos assentados. Nesse bojo, é possível encontrar uma infinidade de pessoas, de empresários a funcionários públicos, que vêem a chacara como uma área de lazer para passar o final de semana com a família.

Em determinada situação, ao comprar a chacara, o proprietário coloca logo um caseiro para que a casa não fique abandonada e alguma plantação para constar que o proprietário daquele imóvel mora ali. Isso porque, segundo os assentados, ter roça na propriedade, para o Incra, significaria que a propriedade não está abandonada, que ali teria gente trabalhando.

Na análise dos assentados, os proprietários dessas chácaras de final de semana acabam prejudicando o assentamento, porque na hora das decisões coletivas, pois nas assembleias eles têm direito a voz e voto, eles influenciam muito nas decisões que lhes melhor convêm.

Num caso interessante narrado por um técnico do Incra, ele descobriu, por meio de denúncias, que, em um dos assentamentos da região, cerca de cinco propriedades contíguas tinham sido adquiridas por uma só pessoa. Um empresário em Brasília que teria utilizado nomes de parentes para driblar a fiscalização. Segundo o técnico, estavam fazendo um latifúndio dentro do assentamento.

O que mais me chamou atenção é que na hora da transação da terra as pessoas utilizam de vários recursos para realização do negócio, como a chamada

‘gambira’ ou troca. Nesse bojo, entram carro velho, moto, lote na cidade e uma parcela em dinheiro.

Os valores são os mais variados. Houve o caso de um assentado que estava endividado e aceitou cerca de R\$ 2.000,00 por sua parcela. Posteriormente se sentiu envergonhado pelo que tinha feito, pois tinha passado tanto sofrimento para depois jogar fora. Segundo ele, não conseguia olhar mais na cara de seus companheiros por causa da vergonha. Além disso, se sentia enganado pelo seu comprador que aproveitou um momento em que ele estava bêbado para fazer o negócio. Histórias dessa natureza, por mais estranhas que pareçam, estiveram presentes em outras situações nesse jogo de venda das chácaras na região.

Ao tentar entender por que as pessoas estavam vendendo suas chácaras por preços tão módicos, é possível elencar uma série de variáveis, entre elas, as dificuldades financeiras que o indivíduo passava no momento que resolveu vender, a falta de adaptação ao local pelos assentados e as excessivas pressões exercidas pelos compradores de terras, os quais mesmo antes de fecharem negócios, procuravam saber quem estava desanimado ou quem estava com dificuldades financeiras, pois assim facilitaria a transação no momento de persuadir o assentado a vender sua chacara.

A relação entre os compradores e os assentados

A relação de negociação com as chácaras traz outro elemento para os assentamentos da região, que é a relação entre os assentados que ficaram nos assentamentos e aquelas pessoas que compraram a terra. Se uma pessoa desavisada visitar a região, num primeiro plano não perceberá diferenças ou conflitos entre esses dois grupos de assentados.

No entanto, ao conviver na região, passa-se a perceber que esses assentados de certa forma formariam dois grupos distintos, ou seja, os que compraram as chácaras e os moradores mais antigos dos assentamentos. Essa discriminação não chega a ser velada, mas, ao conviver nos assentamentos e a conversar com os assentados, conclui-se que ela existe, pois a maioria dos compradores classificaria os assentados que estão desde o início na região de sem-terras, preguiçosos e pobres, que não teriam condições de sobreviver sozinhos nos assentamentos, ou seja, sem ajuda de parentes que moram na cidade.

Já para os assentados, os compradores seriam individualistas, metidos e que participariam das decisões coletivas apenas para decidir ou influenciar em questões que dizem respeito a seus próprios interesses. Além disso, não respeitariam a história política deles de ocupação da região.

Durante o trabalho de campo, inicialmente, ao indagar sobre aquela circulação de pessoas novas morando ou adquirindo chácaras nos assentamentos, o que se percebia era que os assentados acabaram aceitando essa rotatividade por perceberem que aqueles novos moradores poderiam ser uma fonte de renda, uma vez que, como foi abordado, seriam essas pessoas que tinham condições de pagar um dia de serviço. “O pessoal que chegou agora geralmente tem dinheiro para pagar um dia de serviço, e algumas pessoas antigas do assentamento ficam procurando eles puxando o saco para ganhar um dia de serviço” (ASSENTADO DO VEREDA I, 2006).

Sobre a percepção de reforma agrária, ao entrevistar quatro compradores, eles achavam que os assentamentos tinham uma similaridade com a política do Banco da Terra. É importante ressaltar que, na região, em 2002, foi constituído um

assentamento pelos moldes do Banco da Terra, por isso algumas pessoas que se inscreveram nesse programa e não foram contempladas acabaram comprando chácaras nos assentamentos da região.

Ao tentar, entender a percepção desses compradores sobre as famílias que estavam assentadas antes deles, eles diziam que eram pessoas que precisariam ter dinheiro para investir na terra, porque como ali era uma terra nua, ela precisaria de grandes investimentos e quem poderia trabalhar nela seria quem tivesse condições para investir.

Ainda para os compradores, há assentados que seriam preguiçosos e estão ali porque não querem trabalhar duro ou porque têm uma segunda fonte de renda que lhes garantem condições de se manter no local. Esse discurso apontado por alguns compradores procura mostrar que os assentados que vendem suas terras seriam incapazes de se manter no local, caracterizando uma visão preconceituosa daqueles que lutaram para conquistar aqueles assentamentos.

No entanto, existem outros que compraram terras ali e reconhecem que as condições em que o Incra assentou as famílias seriam desumanas e que não deveriam ser assentadas famílias em áreas sem infraestrutura, em terra de baixa qualidade. Sobre o que achavam da compra de uma terra que não podia ser negociada, os entrevistados responderam que na visão deles depois que o Incra repassou a terra para os assentados eles teriam o direito de fazer com ela o que bem entendesse. Assim, para estes compradores a transação com a terra seria uma negociação normal e que o Incra deveria aceitar esse tipo de negociação. Além disso, eles acreditam que para ficar na terra seria necessário ter condições de produzir e gerar renda.

Considerações finais

Por meio deste texto, procurou-se apresentar algumas reflexões sobre a rotatividade ou o abandono das chácaras na região de Pé de Serra, no município de Padre Bernardo-GO. Para isso, foi necessário recorrer a um breve resgate histórico dessa prática na região do Distrito Federal, local de onde a maioria dos assentados veio e já conheciam ou haviam praticado o trinômio ocupar – conseguir - vender.

Além disso, os quatro casos expostos procuram apontar algumas reflexões que permitem entender, através do material empírico, por que esses atores tomaram a decisão de se desfazer de suas chácaras. Com os dados obtidos, é possível formular algumas questões importantes que ajudam a entender essa dinâmica na região:

1) Pelo fato de os assentamentos se localizarem numa área bem próxima da Capital Federal, o processo de transação de terra só seria possível por dois motivos principais. O primeiro seria a ideia que já está estabelecida na região desde a construção da capital Federal que seria o trinômio já apontado ao longo do texto: ocupar – conseguir - vender. O outro, pela ação de grileiros e mercadores de terras que atuam nas áreas do entorno, que estimulam essa prática; em alguns casos, por interesses eleitoreiros, como podemos ver no caso do título de eleitor como condicionante para conseguir um lote em qualquer cidade satélite de Brasília.

2) Apesar de ser considerado um negócio ilegal, a transação da terra aconteceria pela falta de acompanhamento do Incra na região. No entanto, é importante frisar que essa falta de fiscalização ou até mesmo de acompanhamento por parte do órgão estaria relacionada com a falta de recursos e de pessoal que o órgão enfrenta.

3) Outro elemento, como a falta de infraestrutura, não pode ser desconsiderado. Pois, como foi apresentada no texto, a falta de água, de estrada e até mesmo de condições de escoar a produção faz com que os assentados se sintam desestimulados a continuar na terra e acabam cedendo às pressões das pessoas interessadas em comprar suas chácaras.

4) Outra questão norteadora nas observações em campo foi a falta de aptidão para lidar com a terra. Frases do tipo só agora que eu sei o que é ser agricultor eram recorrentes durante as entrevistas. Atrelada a essa questão, está à dificuldade de uma assistência técnica séria que orientasse os assentados. Essas condicionantes contribuíram para que os assentados se desestimulassem e vendessem as propriedades.

Todavia é importante ressaltar que mesmo com esses desafios todos e as pressões exercidas sobre eles, muitos assentados acreditaram e ficaram esperando construir ali um espaço que pudesse deixar para as suas gerações futuras. E o próprio acesso à chacara talvez possa constituir parte de uma estratégia de mobilidade socioeconômica.

5) Por fim, é preciso ressaltar que o assentamento pode ser um ponto final relativo para essas famílias, uma vez que ele pode ou não garantir alguma permanência desses atores. A ideia do assentamento como um ponto final relativo me conduz a refletir que as experiências vivenciadas nos assentamentos podem servir de subsídios necessários para que as pessoas migrem para outro lugar, ou seja, é preciso aceitar que as pessoas podem sair do assentamento, que ali pode não ser um ponto final para algumas famílias. E que aquele assentado que vendeu sua chacara ou utilizou os créditos para outra finalidade pode ter visto neste ato uma possibilidade de um salto para outro degrau socioeconômico.

Assim, essa reflexão do ponto final relativo nos conduz a questionar também a ideia de fixação ou de 'plantar' as pessoas no assentamento, da forma como os gestores de políticas públicas constroem sobre os assentamentos rurais. Pois, para garantir a permanência das pessoas no assentamento, é necessário que se crie uma série de condições (infraestruturas, créditos, assistência técnica de qualidade, etc.) que permitam que as pessoas de fato possam escolher ficar na terra, além de se considerarem as particularidades de cada assentamento.

Nesse sentido, é possível especular que essa situação possa ser um indicador para explicar a evasão e a rotatividade nos assentados rurais. Só para efeito de reflexão, a fala de um assentado do Vereda I ajuda a ilustrar tal situação: "Eu nunca desanimei da vida. A gente sempre tem que tá correndo atrás, se não está bom aqui pode estar em outro lugar" (ASSENTADO, DO VEREDA II, 2007).

Portanto, pela convivência com os assentados da região, foi possível perceber que todo esse mecanismo de ocupar-conseguir-vender, os créditos como um campo de possibilidade e a falta de uma política de reforma agrária que não se resumisse basicamente à distribuição de terras têm sido vetores que contribuem para a rotatividade nos assentamentos da região.

Referencias bibliográficas

BORGES, Antonádia. **Tempo de Brasília: Etnografando lugares-eventos da política**. Rio de Janeiro, Relumê Dumará-NUAP/UFRJ. 2004.

BRUNO, Regina; MEDEIRO, Leonilde. **Razões da evasão nos assentamentos rurais**. Projeto cooperação técnica MEPF-INCRA/FAO. Brasília, 1998.

GOUVEA, Luiz Alberto. "A capital do controle e da segregação social" In: PAVIANI, Aldo (Org) **A conquista da cidade movimentos populares em Brasília**. Brasília, editora UnB. 1998. pp.75-96.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **De sem-terra a "posseiro", a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária: o caso dos assentados nas fazendas Retiro e Velha – GO**. São Paulo: USP, 2000. (Tese em Geografia Humana).

MARQUES, Antonio. Et al. **Análise da evasão nos assentamentos rurais na região de Araçatuba – SP**. Estudo coordenado pelo Grupo de Estudos Agrários-GEA – Toledo/Araçatuba em conjunto com o ITESP. 2002.

MELLO, Paulo Freire. **Evasão e rotatividade em assentamentos rurais do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, RG: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006 (Dissertação em Desenvolvimento Rural).

OLIVEIRA, Marcelo Leles Romarco de. **Retratos de assentamentos: Um estudo de caso em assentamentos rurais formados por migrantes na região do entorno do Distrito Federal**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2007.

PELUSO, Marília Luíza. Brasília: Do mito ao plano, da cidade sonhada à cidade administrada. In: **Espaço e Geografia**. Vol 6, número 2, 2003.

ZIMMERMANN, Neusa de Castro, **Depois da conquista da terra, a conquista da cooperação: um estudo do processo organizativo em um assentamento de reforma agrária no Rio Grande do Sul**. Brasília: Universidade de Brasília-UnB, 1989. (Dissertação em Sociologia).